



A morte e a memória no Mosteiro de Lorvão¹

Death and memory at the Monastery of Lorvão

(a) Luís Miguel Rêpas, (b) Catarina Fernandes Barreira²

(a) Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura
3000-370 Coimbra, Portugal

luis.repas@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-5437-9437>

(b) Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

cbarreira@fcsh.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-0174-1025>

Data de receção do artigo / Received for publication: 28 de Fevereiro de 2024

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 17 de Setembro de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/134b9>

¹ Este estudo foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia através do projeto de investigação *Books, rituals and space in a Cistercian nunnery. Living, praying, and reading in Lorvão, 13th-16th centuries* (<https://doi.org/10.54499/PTDC/ART-HIS/0739/2020>).

² Contratada ao abrigo da Norma Transitória – [DL 57/2016/CP1453/CT0070].

RESUMO

A celebração da morte em contexto cisterciense estava sujeita à normativa emanada do Capítulo Geral da Ordem, mas não deixa de revelar marcas específicas de comunidade para comunidade. Neste texto identificamos algumas das pessoas que escolheram o Mosteiro de Lorvão para lugar de inumação, ao longo de vários séculos, com o objetivo de conhecer alguns daqueles cuja morte aí era celebrada, para além, obviamente, dos vários membros da comunidade conventual e daqueles definidos pela Ordem de Cister.

Num segundo momento, a partir da análise dos documentos e, em particular, de alguns dos códices litúrgicos que pertenceram ao Mosteiro de Lorvão, focar-nos-emos na celebração da liturgia associada à morte e aos momentos que a antecedem (ritual da unção das enfermas), bem como nas fórmulas e nas orações associadas às exéquias.

Por fim, analisaremos o culto e as comemorações em torno dos defuntos. Esta análise terá em conta, por um lado, a normativa e outras questões identitárias da Ordem de Cister, como a uniformidade litúrgica, e, por outro, a *female agency*, ou seja, se é possível perscrutar, através destes testemunhos, o protagonismo de monjas e abadessas num conjunto de rituais e práticas litúrgicas feitas por homens e para homens.

Palavras-chave: Celebração da morte; prática litúrgica; rituais; memória; Ordem de Cister

ABSTRACT

The celebration of death within a Cistercian context was subject to the guidelines stipulated by the General Chapter of the Order, yet it revealed distinctive features varying from one monastery to another. In this article, our objective is to identify some of the individuals who, over several centuries, selected the Convent of Lorvão as their burial place, to know those whose demise was commemorated within its walls, in addition to the community members and those defined by the directives of the Cistercian Order.

Subsequently, through an examination of archival documents and, in particular, select liturgical manuscripts that belonged to the Convent of Lorvão, we will delve into the intricacies of the death-related liturgy. Our focus encompasses the moments leading up to death, such as the ritual of anointing the sick, as well as the prescribed formulas and prayers entwined with funeral rites.

Lastly, our scrutiny will extend to the veneration and memorialization of the deceased. This examination will consider, on one hand, the normative aspects and other facets defining the identity of the Cistercian Order, such as liturgical conformity. On the other hand, we will explore the 'female agency', analysing whether the testimonies gleaned from these rituals and liturgical practices –originating from a milieu crafted by and for men– permit insights into the active role played by nuns and abbesses in this sacred sphere.

Keywords: Death commemoration; liturgical practice; rituals; memory; Cistercian Order



É bem conhecida a preocupação da Ordem de Cister com o cumprimento da normativa emanada do Capítulo Geral, na sua reunião anual, e, em particular, com a uniformidade das celebrações litúrgicas. Assim acontecia, obviamente, com a celebração da morte, a qual não deixa, porém, de revelar marcas específicas de comunidade para comunidade. Tais especificidades resultam, desde logo, das pessoas que se fizeram inumar em cada mosteiro, do seu estatuto social, das suas devoções pessoais e das cerimónias que aí solicitaram pela sua alma, as quais decorriam, regra geral, da quantidade de bens que estas legavam à instituição, de acordo com aquilo que alguns apelidaram de *negócio* ou *economia da salvação*. Procuraremos, por isso, identificar quem escolheu o Mosteiro de Lorvão para lugar de inumação, ao longo dos séculos, para se saber, assim, quem eram as pessoas cuja morte aí era celebrada, para além dos vários membros da comunidade conventual e daqueles cujo culto havia sido definido pela própria Ordem de Cister.

Depois, a partir da documentação conservada e, em particular, de alguns dos códices litúrgicos que pertenceram ao Mosteiro de Lorvão, focar-nos-emos na celebração da liturgia associada à morte e aos momentos que a antecedem, nomeadamente o ritual da unção das enfermas, bem como nas fórmulas e nas orações associadas às exéquias fúnebres. Por fim, analisaremos o culto e as solenidades em torno dos defuntos. Nesta análise procuraremos ainda perscrutar o protagonismo de monjas e abadessas num conjunto de rituais e práticas litúrgicas feitas por homens e para homens.

1. A morte e a sua celebração em contexto cisterciense

A visão dos primeiros cistercienses sobre a celebração da morte nos seus mosteiros articula-se com o contexto do próprio surgimento da Ordem e com o seu afastamento face às práticas cluniacenses, em cujos mosteiros os seus monges dedicavam imensas horas à celebração da liturgia dos defuntos, atraindo, desta

forma, a generosidade dos fiéis e beneficiando, assim, de avultadas doações³. Por oposição, os primeiros monges brancos, sendo grandes defensores do retorno à pobreza e à simplicidade inicial preconizada por São Bento na sua Regra, desejavam viver apenas do produto do seu próprio trabalho, como se refere no *Exordium Cistercii*⁴, daí rejeitarem as rendas e a inumação de leigos nas suas igrejas, declarando que “igrejas, altares, sepulturas, dízimas sobre o trabalho ou sobre atividades de criação de animais, propriedades rurais, agricultores por conta própria, alugueres de terra, proventos de fornos ou moinhos e outras coisas semelhantes que estão em contradição com a pureza da observância monástica, ficam excluídas da nossa própria condição de monges e da nossa pertença a esta Ordem”⁵. De igual forma, não aceitavam sequer “ofertas para a missa da comunidade”⁶. Ao rejeitarem as riquezas do mundo, os primeiros monges cistercienses intentaram “ser pobres com Cristo pobre”⁷.

Porém, o sucesso da sua mensagem rapidamente atraiu um sem-número de benfeitores que fundaram ou que se associaram às suas casas monásticas e que, obviamente, se pretendiam fazer sepultar nas suas igrejas, beneficiando das suas orações, e esperando a intercessão das comunidades cistercienses na salvação da sua alma. Falamos, em primeiro lugar, dos monarcas, ou de elementos da família real, que, junto do papa ou do Capítulo Geral de Cister, conseguiram filiar na Ordem os mosteiros que fundaram ou protegeram. Este exemplo acabaria por ser seguido por alguma nobreza com mais posses, enquanto outros se procuraram integrar na

³ A bibliografia sobre os motivos que levaram à fundação da Ordem de Cister é, hoje, suficientemente acessível e demasiado vasta para aqui se condensar. Uma súpula do papel de Cluny na promoção de uma *liturgia intercessória*, ou seja, que “pede a salvação eterna do defunto cuja morte se comemora”, e na organização, sistematização e difusão “[d]a prática dos ofícios divinos e da celebração eucarística pelos defuntos, não só nos próprios funerais, mas também uma semana depois das exéquias, um mês depois ou um ano depois, e ainda, por tempo indeterminado, em cada aniversário da morte do fiel”, pode encontrar-se em MATTOSO, José – “O Culto dos mortos no fim do século XI”. In MATTOSO, José – *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996, pp. 79-85. O referido Autor abordou ainda a reação dos primeiros cistercienses contra as práticas cluniacenses que favoreciam a profusão de sufrágios pelos leigos defuntos em MATTOSO, José – “O Culto dos mortos em Cister no tempo de São Bernardo”. In MATTOSO, José – *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, pp. 102-105.

⁴ *Exordium Cistercii*, Cap. XV, § 2, em consonância com o *Exordium Parvum*, Cap. XV, § 8; seguimos a edição (com tradução, introduções e comentários) de NASCIMENTO, Aires A. – *Cister: os documentos primitivos*. Lisboa: Edições Colibri, 1999, pp. 59 e 42, respetivamente.

⁵ *Exordium Cistercii*, Cap. XXIII, § 2 (NASCIMENTO, Aires A. – *Cister: os documentos primitivos*, p. 61).

⁶ *Exordium Cistercii*, Cap. XXIV, § 2 (NASCIMENTO, Aires A. – *Cister: os documentos primitivos*, p. 61).

⁷ *Exordium Parvum*, Cap. XV, § 9 (NASCIMENTO, Aires A. – *Cister: os documentos primitivos*, p. 42).

família cisterciense, e participar nos benefícios espirituais da Ordem, através da entrega de uma considerável quantidade de bens⁸.

Em qualquer dos casos, fundadores ou senhores dos mosteiros, ou ainda *familiares* da Ordem, todos pretendiam, como dissemos, ter direito a sepultura e usufruir das suas preces. E, naturalmente, a Ordem de Cister foi suavizando a sua posição face ao enterramento de leigos nos seus mosteiros e igrejas, acedendo, assim, à pressão exercida por monarcas e fundadores, e mostrando uma progressiva abertura à comunidade laica⁹. Primeiro, em 1152, aceitaram o enterro de reis, rainhas e bispos, como notou José Mattoso¹⁰; depois, em 1157, o Capítulo Geral estendeu tal medida aos fundadores das abadias, e as fontes materiais e documentais do século XIII demonstram que os benfeitores passaram, então, igualmente, a ser admitidos no espaço monástico¹¹. Assim aconteceu, por exemplo, no Mosteiro de Las Huelgas, em

⁸ Falamos dos *familiares*. Sobre esta forma de vinculação à Ordem de Cister, veja-se RÊPAS, Luís Miguel – “*Familiares e familiaritas* no mosteiro cisterciense de Arouca (séculos XIII e XIV)”. In BARATA, Maria Rosário Themudo; KRUS, Luís (dir.); ANDRADE, Amélia Aguiar; FERNANDES, Hermenegildo; FONTES, João Luís (coord.) – *Olhares Sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, pp. 501-515, e, também de RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo. As comunidades cistercienses femininas na Idade Média*. Vol. 1, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2021. Tese de Doutoramento, pp. 233-262, onde se aborda a questão dos *familiares* e da *familiaridade* nos vários mosteiros femininos portugueses da Ordem de Cister, até 1383.

⁹ Veja-se, sobre este assunto, REAL, Manuel Luís – “A Organização do Espaço Monástico entre os Cistercienses, no Portugal Medieval”. In MARQUES, Maria Alegria Fernandes; AMARAL, Luís Carlos (coords.) – *Monasticon (II): nos caminos de Cister. Livro do VIII Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2013, pp. 77-112 (particularmente as pp. 95-98); e BARREIRA, Catarina Fernandes – “*Requiescant in pace*. Death and memory in the Monastery of Alcobaça based on its liturgical codices”. In FERNANDES, Carla Varela; BARREIRA, Catarina Fernandes; FONTES, João Luís Inglês; BRANCO, Maria João; FARELO, Mário (ed.) – *Loci Sepulcrales. Places of memory and burial in the Middle Ages*. Basel: Brepols FIDEM, 2023, pp. 483-515.

¹⁰ MATTOSO, José – “O Culto dos mortos em Cister”, p. 103.

¹¹ Sobre esta questão, na Ordem de Cister, e a sua evolução, veja-se HALL, Jackie – “The legislative background to the burial of laity and other patrons in Cistercian Abbeys”. *Cîteaux: Commentarii Cistercienses* 56/1-4 (2005), pp. 363-371 e HALL, Jackie; SNEDDON, Shelagh; SOHR, Nadine – “Table of Legislation concerning the burial of laity and other patrons in Cistercian Abbeys”. *Cîteaux: Commentarii Cistercienses* 56/1-4 (2005), pp. 373-417. Para casos específicos, veja-se, ainda, COOMANS, Thomas – “Moniales cisterciennes et mémoire dynastique: églises funéraires princières et abbayes cisterciennes dans les anciens Pays-Bas médiévaux”. *Cîteaux: Commentarii Cistercienses* 56/1-4 (2005), pp. 87-145 (reeditado em inglês com o título “Cistercian Nuns and Princely Memorials: Dynastic Burial Churches in the Medieval Low Countries”). In MARGUE, Michel (dir.) – *Sépulture, mort et symbolique du pouvoir au Moyen Âge / Tod, Grabmal und Herrschaftsrepräsentation im Mittelalter*. Luxembourg: Publications de la Section historique de l’Institut Grand-Ducal de Luxembourg, 118 / Publications du CLUDEM, 18, 2006, pp. 683-734/776-798); GARCIA FLORES, Antonio – “Espacios funerarios en los monasterios cistercienses de los reinos de Castilla y de León (siglos XII al XV)”. *Cîteaux: Commentarii Cistercienses* 56/1-4 (2005), pp. 199-230 e, especificamente para o caso português, SILVA, José Custódio Vieira da – *O Panteão Régio do Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: IPPAR, 2003 e BARREIRA, Catarina Fernandes – “*Requiescant in pace*. Death and memory in the Monastery of Alcobaça”, pp. 483-515.

Burgos, fundado, em 1187, por Afonso VIII de Castela e Leonor de Inglaterra, que aí se fizeram sepultar.

Em Portugal, os reis Afonso II e Afonso III, juntamente com as suas mulheres, fizeram-se sepultar no Mosteiro de Alcobaça, ficando os seus túmulos pétreos na Capela dos Reis, ou galilé, ou seja, à entrada da igreja¹², como acontecia noutros panteões régios coevos¹³, e como se confirma na visitação que o abade Pedro

¹² É já extensa a bibliografia que aborda esta questão. Veja-se, entre outros, CORREIA, Vergílio – “Mudança dos túmulos reais de Alcobaça”. *O Instituto: jornal científico e litterario* 77 (1929), pp. 273-293; CORREIA, Vergílio – “Uma descrição quinhentista do mosteiro de Alcobaça”. *O Instituto: jornal científico e litterario* 77 (1929), pp. 529-549; SILVA, José Custódio Vieira da – “Da Galilé à Capela-mor: o percurso do espaço funerário na arquitectura gótica portuguesa”. In SILVA, José Custódio Vieira da – *O Fascínio do Fim. Viagens pelo final da Idade Média*. Lisboa: Livros Horizonte, 1997, pp. 45-59; SILVA, José Custódio Vieira da – *O Panteão Régio*, pp. 25 e 26; BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Vol. II, Tomo 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, pp. 1188-1193; FERNANDES, Carla Varela – *O Poder e Representação. Iconologia da Família Real Portuguesa. Primeira dinastia. Séculos XII a XIV*. Vol. 2, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004, pp. 294-297. Tese de Doutoramento; e REAL, Manuel Luís – “A Organização do Espaço Monástico”, pp. 77-112, onde o mencionado Autor refere que “o primitivo panteão de Alcobaça localizava-se [...] junto à entrada ocidental do templo, num espaço delimitado, que possuiria três naves e dois tramos separados por um par de grossos pilares, muito à semelhança do que sucedia na célebre galilé de Pombeiro” (p. 97).

¹³ Em Portugal, a título de exemplo, refira-se a igreja do Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, relativamente à qual também se menciona a existência de uma “capeela dos Reis”, espaço fúnebre que recebeu os féretros dos dois primeiros reis e que se localizava no nartex da igreja, à semelhança do que mais tarde se constrói em Alcobaça (CRUZ, António – *Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Porto: Biblioteca Municipal, 1968, p. 146, que corresponde à 4.ª Crónica Breve; GOMES, Saul António – “Os Panteões Régios Monásticos Portugueses nos Séculos XII e XIII”. *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*. Vol. 4: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*. Guimarães: Asa e Câmara Municipal de Guimarães, 1997, pp. 281-295, particularmente a p. 290). Refira-se, ainda, a galilé do Mosteiro de Pombeiro, “um espaço funerário com três naves que se desenvolvia na fachada Ocidental do Mosteiro beneditino”, e que constituía um autêntico panteão da nobreza de EntreDouro-e-Minho (BARROCA, Mário Jorge – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, p. 459. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica; a citação colhe-se em ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal – O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002, p. 221; sobre os túmulos de Pombeiro existe já uma extensa e consagrada bibliografia, sistematizada por FERNANDES, Carla Varela – *O Poder e Representação*, vol. 2, p. 416, nota 53). Mencione-se, por fim, a galilé que Afonso Sanches, filho ilegítimo de D. Dinis, e Teresa Martins, sua mulher, mandaram fazer no Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, por carta de 7 de maio de 1318, quando o fundaram e dotaram: “Outrossy porque a sepultura de dentro das ygreias nos semelha, que nom era se nom pera homeês santos ou muy chegados a Deus, e por nom serem os nosos moymentos apar dos altares, nem tam altos como elles, nom nos quisemos mamdar deytar dentro na ygreia, nem poer hy nosos moymentos, mais mandamollos poer hy fora a par da ygreia, em huma gualilee, que hy mamdamos fazer pera sepultura de nos e dos do noso linhagem e dos outros que se ouerem hy de deitar. E porem defemdemos que nenhum nom deyte dentro na ygreia em ninhum lugar em terra, nem em moymento alçado” (TAROUCA, Carlos da Silva (ed.) – *O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*. Separata de *Arqueologia e História*, 8.ª série, 4 (1947), doc. 29, p. 88, citado por SILVA, José Custódio Vieira da – *O Panteão Régio*, p. 30).

Serrano fez a Alcobaça, em 1484¹⁴. Aí permaneceram até inícios do século XVI, sendo depois trasladados para o interior da igreja, para o braço direito do transepto¹⁵. O Mosteiro de Alcobaça foi, também, o lugar de tumulação inicialmente eleito por D. Dinis e por sua esposa, Isabel de Aragão, com uma significativa diferença em relação aos seus antecessores, pretendiam fazer-se sepultar no interior da igreja, referindo, expressamente, o local de enterramento: “na oussia do altar mayor de Sancta Maria”, de acordo com o testamento de D. Dinis de 1299¹⁶; “a so os degraos dante o altar maior [...] hu se el-rey manda soterrar”, como consta no testamento da rainha D. Isabel de 1314¹⁷.

Mais tarde, tendo fundado o Mosteiro de Odivelas, de monjas cistercienses (em 1295), D. Dinis acabaria por se fazer inumar na sua igreja, ficando o seu monumento posicionado entre o coro e a capela-mor: “E mando soterrar meu corpo no meu Moesteyro de San Denis d’Odivelas que eu fundei e fiz e dotey antre o coro e a oussia mayor hu eu mandei fazer sepultura pera mim”¹⁸. Criou, assim, novas dinâmicas cultuais que envolviam cinco capelães (frades do Mosteiro de Alcobaça, que cantariam e diriam, diariamente, cinco missas, por sua alma¹⁹) e as orações das monjas de Odivelas, que passavam a poder ir à igreja para, sobre o sarcófago do rei, fazerem as suas preces e orações pelo monarca (e pelos outros elementos da família real que aí fossem sepultados), tal como D. Dinis lhes havia rogado²⁰.

¹⁴ GOMES, Saul António – *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*. Lisboa: IPPAR, 1998, doc. I, de 22 de fevereiro de 1484, pp. 125-149 (com tradução para Português nas pp. 155-182).

¹⁵ Veja-se a bibliografia já citada na nota 12 deste trabalho.

¹⁶ GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas: documentos fundacionais*. Odivelas: Câmara Municipal de Odivelas, 2021, doc. 6, de 8 de abril de 1299, pp. 135-138.

¹⁷ GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas*, doc. 25, de 19 de abril de 1314, pp. 168-171.

¹⁸ GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas*, doc. 36, de 20 de junho de 1322, pp. 189-194. A rainha D. Isabel também deveria ser sepultada na igreja do Mosteiro de Odivelas, de acordo com uma bula de João XXII, datada de 27 de fevereiro de 1319, como bem assinalou Giulia Rossi Vairo (ROSSI VAIRO, Giulia – “Isabella d’Aragona, Rainha Santa de Portugal, e il Monastero di S. Dinis de Odivelas”. In GONZÁLEZ GARCÍA, Miguel Ángel; CARREIRAS, José Luís Albuquerque (org.) – *Actas. IV Congreso Internacional Cister en Portugal y en Galicia. Los Caminos de Santiago y la Vida Monástica Cisterciense*. Tomo II, Braga – Oseira: Ediciones Monte Casino, 2009, doc. 4, pp. 864-865; GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas*, docs. 32 e 34, de 27 de fevereiro de 1319, pp. 183-184 (com tradução na p. 184), e 9 de setembro de 1319, p. 187). Sabe-se, porém, que, tendo enviuvado, acabou por decidir fazer-se sepultar na igreja do Convento de Santa Clara de Coimbra.

¹⁹ GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas*, docs. 27 e 28, de 1 de outubro de 1318, pp. 172-179.

²⁰ GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas*, doc. 35, de 10 de setembro de 1319, pp. 188-189. Sobre este assunto, veja-se, ainda, RÊPAS, Luís Miguel – “Practise and the *Periculoso* in the Convent

A monumentalidade do túmulo régio haveria, porém, de forçar a sua deslocação para uma nave lateral da igreja (a do lado da epístola), de forma que, segundo Jorge Cardoso, as religiosas, estando no coro, pudessem ver “as Missas, & officios diuinos do Altar maior”²¹. Os aspectos sensoriais na vida monástica têm vindo a ser valorizados nos últimos anos. Para não sobrecarregar o texto, recordamos apenas, a título de exemplo, a preocupação, registada no documento fundacional, de 1295, com os procedimentos necessários para garantir que as monjas de Odivelas conseguiram contemplar o Corpo de Cristo, no momento da sua elevação, no decorrer da Eucaristia, o que implicava a abertura das duas portas compactas que fechavam o coro, ficando, nessa altura, separadas da igreja apenas por intermédio de um outro par de portas de grades²².

D. Afonso IV, excepcionalmente, não elegeu uma casa cisterciense para a sua última morada, fazendo-se inumar na Sé de Lisboa, mas D. Pedro I escolheu o braço sul do transepto da igreja do Mosteiro de Alcobaça para se fazer tumular, juntamente com a sua amada, Inês de Castro²³, e até Beatriz Dias, amante do monarca, teve direito a ficar sepultada dentro da igreja, perto do seu rei²⁴.

of Odivelas (Lisbon): Royal Statutes and Female Enclaustration in Medieval Portugal (c. 1295-1319)”. In FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) – *Os Territórios da Lisboa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2022, pp. 277-309, particularmente as pp. 302-304 (consultado em abril de 2023). Disponível em [RUN: Territórios da Lisboa Medieval \(unl.pt\)](https://run.unl.pt).

²¹ Jorge Cardoso diz, claramente, que o túmulo de D. Dinis era um “soberbo mausoleo de pedra, rodeado de grades de ferro, o qual antigamente estaua no meio da Igreja, peloque impedia totalmente, que pudessem as religiosas do choro ver as Missas, & officios diuinos do Altar maior, & por esta causa o passarão a banda da Epistola na mesma confrôtação.” (CARDOSO, Jorge – *Agiologio Lusitano dos Sanctos, e Varoens Illustres em Virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas*. Tomo I. Lisboa: Officina Craesbeekiana, 1652, p. 106).

²² GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas*, doc. 2, pp. 118-124 (em latim) e 124-129 (em português medieval); veja-se, ainda, RÊPAS, Luís Miguel – “Practise and the *Periculoso* in the Convent of Odivelas”, p. 293.

²³ Aí se encontravam os túmulos de D. Pedro I e Inês de Castro quando Fernão Lopes, no século XV, redigiu a crónica deste monarca (LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro*. Edição crítica, introdução, glossário e índices de Giuliano Macchi. 2.^a ed., revista. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007, cap. XLIV, pp. 195-198: “E seendo nembrado de honrrar seus ossos, [...] mandou fazer huum muimento d’alva pedra, todo mui sotillmente obrado [...]; e este muimento mandou poer no mosteiro d’Alcobaça, nom aa entrada hu jazem os rreis, mas dentro na egreja ha maão direita, acerca da capella-moor [...]. Semelhavelmente mandou el-rrei fazer outro tal muimento e tam bem obrado pera ssi, e feze-o poer acerca do seu della, pera quando sse aquecesse de morrer o deitarem em elle. [...] E morreo el-rrei dom Pedro [...] e mandou-sse levar aaquel moesteiro que dissemos e lançar em seu muimento, que está junto com o de dona Enes”; veja-se, igualmente, SILVA, José Custódio Vieira da – *O Panteão Régio*, pp. 31-32).

²⁴ GOMES, Saul António – “Uma dama na Leiria medieval: Beatriz Dias, ‘manceba del-rei’ D. Pedro I”. *Biblos* 77 (2001), pp. 115-143.

É neste contexto que devemos entender, também, os sepultamentos de leigos em Lorvão.

2. Um santuário nobre: Lorvão desde 1211, um lugar para a nobreza, em vida e no além

Sem nos pretendermos alongar na história do Mosteiro de Lorvão, não podemos deixar de mencionar o facto de a comunidade de monjas de Lorvão ter sido precedida por uma comunidade de monges, que, nos inícios do século XIII, seguiam a Regra de São Bento e que foram expulsos do seu mosteiro por uma ação concertada entre o bispo de Coimbra (D. Pedro Soares), o rei (D. Sancho I) e a sua filha (D. Teresa), acabando o mosteiro por ser entregue a esta senhora, em 1211, por sentença do papa Inocêncio III, para que aí introduzisse uma comunidade de monjas cistercienses, a primeira que existiu em Portugal²⁵.

Este facto é importante para lembrar que, em 1211, quando a comunidade feminina cisterciense, oficialmente, se instalou em Lorvão, já estavam sepultados no mosteiro os abades e os monges que aí haviam habitado e falecido, e cujas ossadas, no século XVII, quando se fizeram obras no claustro, tanto impressionaram a comunidade, como ficou registado no *Livro das Preladas*, onde se mencionam os “muitos Corpos de frades Bentos enteiros” e o facto das religiosas de então terem tocado os capelos dos frades com as suas próprias mãos. Na parede da sala do capítulo foram, igualmente, encontrados os corpos de alguns abades²⁶.

Para além disso, o processo concluído em 1211 justifica como D. Teresa, ao assumir o papel de fundadora, senhora e protetora da primeira casa de monjas cistercienses que existiu em Portugal, se tornou a figura de referência dessa comunidade ao longo dos séculos.

²⁵ Sobre esta questão, veja-se MARQUES, Maria Alegria Fernandes – “Inocêncio III e a passagem do mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister”. *Revista Portuguesa de História* 18 (1980), pp. 231-283 (reeditado em MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 75-125).

²⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Cartório do mosteiro*, Livro 309 (Livro das Preladas), fl. 5v, publicado por BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão. Sombras e realidade*. Vol. I, [s.l.]: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002, doc. 62, p. 580.

As diretivas do Capítulo Geral de Cister também apontavam no sentido de sepultar as abadessas na sala do capítulo e as monjas no claustro, prática que se respeitou, com raras exceções, após 1211. Os vestígios materiais são, hoje, escassos, sobretudo para períodos mais recuados, mas poderão ver-se, *in loco*, no claustro, como se constata numa sepultura armoriada do século XV, de Leonor Coelha, ou numa outra, dos inícios do século XVI, de Catarina de Eça (não a abadessa, mas uma monja sua homónima)²⁷.

Na sala do capítulo encontrar-se-ia, seguramente, a inscrição que assinalava o túmulo de Urraca Rodrigues de Briteiros, abadessa de Lorvão entre 1276 e 1280²⁸, e que hoje se encontra exposta no Centro Interpretativo do Mosteiro de Lorvão, bem como o túmulo de Catarina de Eça, prelada de 1471 a 1521, de acordo com um epitáfio registado em “huma pedra quasi quadrada de dous palmos” colocada “No meyo da parede da caza do capitulo[,] da parte do Evangelho[,] em altura de duas varas do chão”²⁹, que ainda se via em 1722 e que terá sido, depois, tapado por azulejos. Já as ossadas de Maria Afonso, abadessa entre 1237 e 1255³⁰, estavam numa “caixa de pedra, muito bem lavrada, metida na parede do claustro”, junto à sala do capítulo, de acordo com o *Livro das Preladas*³¹.

Igualmente nos interessam aqueles que, não tendo pertencido à comunidade monástica, escolheram o Mosteiro de Lorvão para lugar de inumação.

A primeira pessoa de que temos registo é a Rainha D. Sancha, filha de D. Sancho I, falecida em 1229³². Sancha havia fundado a comunidade de Santa Maria de Celas,

²⁷ Cf. BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, pp. 151-152.

²⁸ HENRIQUES, António de Castro; MENDES, Tiago de Sousa – “Ffeguras & Senaees II. As armas dos Briteiros”. *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica* 7 (2012), pp. 41-51. A biografia mais recente desta abadessa pode encontrar-se em RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo*, vol. 2/2, pp. 398-401.

²⁹ Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), *Manuscritos – Fundo Geral*, Caixa 223, n.º 1, fl. 192v (Relação das sepulturas existentes no Mosteiro de Lorvão feita pelo Dr. Manuel Pereira da Silva Leal para a Academia Real da História Portuguesa, de 13 de agosto de 1722), publicado por BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, doc. 50, p. 559.

³⁰ A biografia mais recente desta abadessa pode encontrar-se em RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo*, vol. 2/2, pp. 287-292.

³¹ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Cartório do mosteiro*, Livro 309 (Livro das Preladas), fl. 4v, publicado por BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, doc. 62, p. 578.

³² Em 13 de março de 1229 (CARDOSO, Jorge – *Agiologio Lusitano dos Sanctos, e Varoens Illustres em Virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas*. Tomo II. Lisboa: Officina de Henrique Valente

em Coimbra, e, antes de falecer, até já tinha solicitado a sua incorporação na Ordem de Cister³³. No entanto, ora porque o edifício de Celas não reunia condições para receber o seu túmulo, como foi sugerido noutra local³⁴, ora porque a sua irmã D. Teresa fez prevalecer a sua vontade, D. Sancha acabou por ser sepultada em Lorvão. Em 1250, o mesmo sucedeu com D. Teresa, *senhora* do mosteiro, também ela filha de D. Sancho I, que, nunca tendo professado, tinha uma câmara própria no claustro³⁵, vivendo, assim, junto da comunidade de monjas que aí instalou e que sempre protegeu. Associada à (re)fundação do mosteiro, em D. Teresa confluem estirpe régia, padroado, poder e prestígio pessoal. Segundo Nelson Correia Borges, D. Sancha e D. Teresa encontravam-se “sepultadas lado a lado em túmulos pétreos na nave norte do coro monástico, junto à sacristia”³⁶.

As monjas de Lorvão terão guardado boa memória de D. Teresa e dos tempos que estiveram sob o seu patrocínio, o que justifica que, em 1277, tenham recebido a infanta D. Branca (filha de D. Afonso III de Portugal e da rainha D. Beatriz), por sua *senhora*, e tenham colocado o mosteiro sob a sua guarda, para que ela tivesse tanto poder sobre elas e sobre o mosteiro como a Rainha D. Teresa costumava ter, solicitando, por fim, ao rei que o confirmasse³⁷. Tal iniciativa acabaria por não ter grandes efeitos para o Mosteiro de Lorvão, até porque a conjuntura política levaria D. Branca para Castela, terminando os seus dias no Mosteiro de Las Huelgas, em Burgos, de que, entretanto, acabou por ser *senhora*³⁸.

d'Oliveira, 1657, p. 163; o dia da sua morte encontrava-se registado no livro de óbitos de Celas, já desaparecido, e a data completa no livro de óbitos de Santa Cruz).

³³ MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2001, pp. 27-28, a partir de CANIVEZ, Josephus Maria – *Statuta Capitulum Generalium Ordinis Cisterciensis*. T. II: *Ab anno 1221 ad annum 1261*. Louvain: Revue d'Histoire Ecclésiastique, 1934, p. 62: § 33: “De Sancto Johanne de Tauraucha et de Alcobatia abbatibus committitur de abbatia monialium construenda a filia regis Portugaliae, qui faciant inde quod viderint faciendum et sequenti anno Capitulo generali studeant renuntiare”. É do entendimento geral dos Autores que sobre o assunto se têm pronunciado que esta comissão não se pode entender senão em relação ao Mosteiro de Santa Maria de Celas.

³⁴ RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo*, vol. 1, p. 78.

³⁵ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Antiga Coleção Especial*, Documentos Eclesiásticos, Rolo 1, de 30 de agosto de 1252, citado por RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo*, vol. 1, p. 275.

³⁶ BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, p. 176.

³⁷ VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende de (eds.) – *Chancelaria de D. Afonso III – Livro I*. Vol. 2, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, doc. 686, pp. 253-254.

³⁸ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Vol. I, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 171; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *D. Dinis*.

Com o passar dos tempos, outros leigos procuraram sepultura no Mosteiro de Lorvão. Na impossibilidade de os referir aqui, de forma exaustiva, citamos o exemplo de Isabel de Ávila, a mãe da abadessa Catarina de Eça (1471-1521), que, em 1480, no seu testamento, pediu, expressamente, para ser sepultada junto às rainhas³⁹, procurando, assim, por esta proximidade, conferir algum destaque à sua própria condição.

3. A liturgia associada à morte

Procuremos, agora, a partir da análise dos códices lorbanenses, perceber como se celebrava a liturgia dos defuntos, na dupla vertente de salvação da alma e de comemoração da memória⁴⁰.

No primeiro caso, a morte e os momentos que a antecediam eram a etapa mais importante da vida de um monge ou de uma monja. Tivemos já oportunidade de estudar, com algum detalhe, para o contexto do Mosteiro de Alcobaça, e a partir dos seus códices, o *Ordo ad inungendum infirmum*, ou sacramento da unção dos enfermos, e o *Ordo ad inhumandum fratrem mortuum*, ou rito de defuntos⁴¹.

Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, p. 220; GALVÁN FREILE, Fernando – “El proceso de internacionalización de la miniatura en torno al año 1200 en la Península Ibérica: el Antifonario y el Martirologio de Las Huelgas Reales de Burgos”. In *El monacato en los reinos de León y Castilla (siglos VII-XIII)*. [s.l.]: Fundación Sánchez-Albornoz, 2007, p. 448; OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *Rainhas Medievais de Portugal: 17 Mulheres, 2 Dinastias, 4 Séculos de História*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, pp. 147-148.

³⁹ ANTT, *Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento do Espírito Santo de Gouveia*, mc. 1, doc. 4.

⁴⁰ Elaborámos já alguns estudos, para outros mosteiros, tomando por base os seus códices litúrgicos: BARREIRA, Catarina Fernandes – “Investigating liturgical practise and ritualized circulation in the Monastery of Alcobaça. A preliminar view from the manuscripts”. *Cîteaux: Commentarii cistercienses* 70/3-4 (2019), pp. 301-326 e BARREIRA, Catarina Fernandes – “Cistercian Liturgy and daily practice through the manuscripts of Alcobaça. Preliminary considerations from three sample rituals”. In PEREIRA, Diana; LOPES, Inês Afonso; SÁNCHEZ, Rosa Maria Sánchez (coord.) – *O Gesto e a Crença: percursos, transferências e intermedialidade*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2021, pp. 67-77 (consultado em junho de 2023). Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/19030.pdf>.

⁴¹ BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – “Um *Ritual* descoberto em Salzedas ou a história de um mosteiro através do estudo dos seus códices litúrgicos. Propostas de leituras no espaço e no tempo”. In BARREIRA, Catarina Fernandes (coord.) – *Manuscritos de Alcobaça. Cultura, identidade e diversidade na unanimidade cisterciense*. Lisboa/Alcobaça: DGPC/IEM, 2022, pp. 234-265 (consultado em junho de 2023). Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/145239>; RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Place and Liturgy in an Illuminated Ritual from Santa Maria de Alcobaça”. In FERNANDES, Carla Varela (coord.) – *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 2016, pp. 211-236; BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – “Um *Ritual de ungir e enterrar* do Mosteiro de Alcobaça, descoberto

No caso de Lorvão, estes *ordines* aparecem num Cerimonial datado de 1547⁴², não tendo chegado até nós nenhum outro códice mais antigo com os referidos textos, o que nos leva a questionar que códice ou códices foram usados pela comunidade para os referidos rituais ligados à morte durante as centúrias anteriores.

No que diz respeito ao seu conteúdo litúrgico, que já tivemos oportunidade de estudar, ainda que de forma breve⁴³, este códice começa com o ritual de admissão ao noviciado e prossegue com o da profissão monástica. Em seguida, e de forma sequencial, foi copiado o ritual das exéquias e só depois o sacramento da unção das enfermas, ao contrário do que observamos nos códices de Claraval e de Alcobaça, em que aparece sempre em primeiro lugar a unção dos enfermos e, em seguida, o ritual das exéquias, como parece fazer mais sentido. Outro aspeto interessante reside no facto de o abade (ou um seu representante), a abadessa, a cantora, a sacristã e a restante comunidade serem os protagonistas deste códice; isto é, nos textos dos quatro rituais, quem preside às cerimónias litúrgicas é o abade e a abadessa, acompanhados pelos outros atores mais ou menos específicos da comunidade lorbanense, no desenrolar da performance litúrgica. Este envolvimento direto das mulheres na liturgia – a abadessa, a sacristã, a cantora – parece-nos uma circunstância importante, no âmbito da *female agency*.

No que diz respeito à *mise-en-page* deste códice lorbanense, as fórmulas e as orações são ditas e cantadas em latim, estando, por isso, registadas nessa língua, em tinta preta; por sua vez, a descrição dos passos a seguir e as correspondentes orientações são bastante detalhadas, e encontram-se escritas em português e a vermelho, provocando um intencional contraste cromático que auxilia o leitor (o qual já havíamos visto no Ritual de Salzedas, que tem um conteúdo litúrgico semelhante a

em Sta. Maria de Salzedas. Percursos possíveis de um manuscrito iluminado”. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo (coord.) – *Genius Loci. Lugares e Significados / Places and Meanings*. Vol. 1, Porto: CITCEM, Faculdade Letras da Universidade do Porto, 2017, pp. 343-354 (consultado em maio de 2023). Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/16995.pdf>.

⁴² ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 6 (consultado em março de 2023). Disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4484058>.

⁴³ BARREIRA, Catarina Fernandes – “Spaces of Seclusion and Liturgy; the Cistercian nunnery of Lorvão – a view from two sixteenth-century liturgical codices”. In VOLZONE, Rolando; FONTES, João Luís (eds.) – *Architectures of the Soul. Diachronic and Multidisciplinary Readings*. Lisbon: Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH) / CHAIA – Uévora / UCP-CEHR / DINÂMIA'CET-Iscte, 2022, pp. 69-84 (consultado em maio de 2023). Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/146929>.

este códice, embora este seja exclusivamente em latim⁴⁴). O Cerimonial de Lorvão é, sem dúvida, um códice pensado, desde o seu início, para uma comunidade cisterciense feminina: esta questão está bem evidente nas fórmulas e orações em latim (*anima sororis*) e nas orientações a seguir, em português (*a defuncta*).

O *Ordo* das exéquias, que é longo, começa no fim do fólho 14v: “Como se deve fazer quando algũa religiosa de nossa ordem falecer. Sayda a alma do corpo: comece a cantora o responso *Subvenite sancti dei*” e todo o convento entoe o *Kyrie eleison, Christe eleison, Kyrie eleison*⁴⁵. Assim que uma religiosa morresse, tinha início um conjunto de procedimentos que se iniciava com a lavagem do corpo no lavatório do mosteiro (cabendo à priora a decisão sobre quem o lavava), enquanto o abade se preparava para o ritual⁴⁶. Depois do corpo lavado e colocado no féretro ou no escano, o abade deitava a água benta sobre o corpo e incensava-o, dizendo as respetivas orações⁴⁷. A cantora entoava o *Libera me, Domine, de morte eterna*, o corpo era levado para a igreja, de acordo com a seguinte ordem: primeiro a cruz, depois as monjas (com as “juniores” à frente e as “anciãs” atrás, como estão no coro), o abade, com o báculo e a estola (ou quem fizer o ofício), as noviças, a defunta, transportada por 4 ou 5 irmãs (escolhidas pela priora), e, em seguida, as conversas, “detras da defuncta”⁴⁸. Entravam na igreja – a candeia era posta sobre o castiçal, à cabeça da defunta – e o abade fazia a encomendação, estando as religiosas de frente umas para as outras, após o que estas retomavam o saltério. A morta devia ser absolvida em cabido: “Entretanto se o abbade esse dia for presente em o cabido, absolva a defuncta, ou a absolva em o primeiro capitulo que for, dizendo: *Anima sororis, N., requiescat in pace*”⁴⁹.

⁴⁴ O Ritual de Salzedas é um códice que se encontra à guarda da Paróquia de Salzedas, tendo já merecido vários estudos: BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – “Um Ritual descoberto em Salzedas”, pp. 234-265; BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – “Um Ritual de ungir e enterrar do Mosteiro de Alcobaça”, pp. 343-354; RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Place and Liturgy”, pp. 211-236 e BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – “Um Ritual de Alcobaça em Salzedas”. *Invenire. Revista dos Bens Culturais da Igreja* 12 (Janeiro/Junho 2016), pp. 28-35.

⁴⁵ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 6, fls. 14v-15.

⁴⁶ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 6, fl. 15-15v.

⁴⁷ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 6, fl. 19.

⁴⁸ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 6, fl. 19v.

⁴⁹ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 6, fl. 20v.

O ritual prosseguia com o ofício dos defuntos plenariamente e a meia voz. Se fosse possível, deveria ser dita a missa em honra da defunta, nesse mesmo dia, com a indicação da primeira coleta (*Inclina, Domine*) e da segunda (*Omnipotens sempiterne deus*)⁵⁰. Antes de ser levada ao sepulcro, “estando as religiosas ante o féretro ou escano com a cruz, e toribolo, e lume, e augoa benta o abbade ou o sacerdote vistido em alva e estola e manipolo”, devia cantar várias orações especificadas. Seguiam, então, em procissão, até à sepultura: à frente, o abade (ou quem fizesse o ofício) com os ministros, levando a água benta, o lume, a cruz e o turíbulo; atrás, todas as religiosas e noviças, cantando os salmos. Aí chegadas, com a abadessa, estando de frente umas para as outras, cantavam os salmos. O corpo era, então, trazido pelas monjas designadas para o efeito (“com suas cogulas vestidas”, que depois haveriam de despir) e depositado junto à cova. A cantora entoava a antífona *Chorus angelorum*, seguida de uma série de salmos. De acordo com o códice de Lorvão, “despoys desta antiphona cantada, he costume em alguns mosteyros dizer-se logo a antiphona *Clementissime Domine*, mas comunmente se diz per toda a ordem despoys da collecta”⁵¹. José Mattoso já havia chamado a atenção para a oração *Clementissime, domine*, porque é um indício da crença, entre os cistercienses, na remissão dos pecados depois da morte⁵², uma oração que fazia parte dos códices mais antigos de Alcobaça, isto é, já existia na liturgia cisterciense do século XII.

Depois, todas as religiosas faziam vénia ao dizerem *Domine miserere super peccatrice* e o sacerdote terminava o ofício com orações, em voz baixa, seguidas pela resposta dos ministros. Era benzido o sepulcro, lançava-se água benta sobre a defunta e sobre a cova, incensava-se a defunta e a cova, colocavam-na na sepultura, onde o sacerdote lhe deveria novamente lançar água benta e onde deveria ser outra vez incensada por quem estivesse na cova, e, estando coberta, quem fazia o ofício lançava terra sobre ela uma única vez, após o que devia começar a entoar o

⁵⁰ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 6, fl. 21.

⁵¹ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 6, fl. 24. Esta orientação teve origem nos *Ecclesiastica Officia*, segundo os quais depois da antífona *Chorus angelorum* devia-se cantar a *Clementissime Domine* (CHOISSELET, Danièle; VERNET, Placide (eds.) — *Les Ecclesiastica Officia cisterciens du XII^{ème} siècle. Texte latin selon les manuscrits édités de Trente 1711, Ljubljana 31 et Dijon 114. Version française, annexe liturgique, notes, index et tables*. Abbaye d'Oelenberg. Reiningue: Éditions «La documentation cistercienne», 1989, pp. 284/285).

⁵² MATTOSO, José – “O Culto dos mortos em Cister”, p. 69.

Temeritatis quidem e um conjunto de outras orações⁵³. José Mattoso também chamou a atenção para as invocações aos anjos para ajudarem a levar a alma até Abraão, o que, para o historiador, em conjunto com outros elementos, constituía uma forma distinta de entender a morte, no contexto cisterciense⁵⁴.

Por fim, as religiosas dirigiam-se à igreja e rezavam os sete salmos penitenciais pela defunta, prostradas ante o primeiro degrau do altar-mor⁵⁵. Esta referência é importante porque demonstra como, nestes momentos específicos, as monjas cistercienses ultrapassavam o espaço do coro e circulavam na igreja, tendo acesso ao altar-mor. A percepção da circulação das monjas na igreja, em determinados momentos, é confirmada na carta de fundação do Mosteiro de Odivelas, também de monjas cistercienses, instituído por D. Dinis, em 1295, em que é evidente uma enorme preocupação com o cumprimento da clausura, mas em que se permite a abertura das portas da grade que separava o coro da igreja em duas ocasiões: quando as monjas fossem comungar à igreja ou quando fossem ao cemitério para sepultar uma das suas companheiras⁵⁶. Ou numa carta de 1319, já aqui referida, pela qual as monjas de Odivelas obtiveram autorização do rei seu fundador para ir à igreja com o intuito de, sobre o sarcófago do referido monarca, fazerem as suas orações e rogarem a Deus por ele (e pelos restantes elementos da família real que aí fossem sepultados)⁵⁷.

Voltando ao Cerimonial de Lorvão, podemos confirmar que as orações e os procedimentos aí contidos estão, de um modo geral, de acordo com a normativa expressa nos *Ecclesiastica Officia (Ordo ad inhumandum fratrum mortuum)*, que já

⁵³ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 6, fl. 27.

⁵⁴ MATTOSO, José – “O Culto dos mortos em Cister”, p. 69.

⁵⁵ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 6, fl. 31: “Despoys de todo isto feito, rezem as religiosas os sete psalmos penitenciaes polla defuncta postradas ante o primeiro grao do altar moor”. A mesma referência surge registada em latim no fl. 67v do Ritual de Salzedas (“Postea dicantur pro monacho seu converso septem psalmi penitentiales a fratribus in oratorio prostratis”), bem como em BNP, *Alc. 67*, fl. 115v e BNP, *Alc. 166*, fl. 142.

⁵⁶ GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas*, doc. 2, de 27 de fevereiro de 1295, pp. 118-124 (em latim) e 124-129 (em português). Veja-se, ainda, RÊPAS, Luís Miguel – “Practise and the *Periculoso* in the Convent of Odivelas”, p. 293.

⁵⁷ GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas*, doc. 35, de 10 de setembro de 1319, pp. 188-189. Veja-se, ainda, RÊPAS, Luís Miguel – “Practise and the *Periculoso* in the Convent of Odivelas”, pp. 302-304.

tivemos oportunidade de estudar a propósito do Mosteiro de Alcobaça⁵⁸, com a exceção de não haver qualquer indicação em função das horas: se um religioso morresse entre Prima e Tercia, seria sepultado nesse dia, cerca de três horas depois; se morresse depois de Nona, só seria sepultado no dia seguinte (ficando a ser velado por um grupo de monges durante toda a noite). O códice prossegue com uma “Fórmula de absolvição” (*Indulgentiam et absolutionem et remissionem omnium peccatorum tuorum*) e com a cópia de um privilégio do papa Sisto IV (1471-1484) sobre as indulgências mencionadas⁵⁹.

A secção seguinte do códice incide na forma “Como devem ungir as enfermas”⁶⁰, isto é, no sacramento da santa unção: tangiam o sino enquanto entoavam um *Pater noster* e, depois de fazerem um pequeno intervalo, voltavam a tanger o sino. Entretanto, o abade vestia-se com alba, estola e manípulo, e empunhava o báculo; quando estivesse vestido tangia-se novamente o sino e o convento ia ao coro; ao sair, começavam a entoar salmos, intercalados com *Gloria patri*, devendo seguir a ordem por que estavam no coro: a água benta à frente, o lume a seguir e depois a cruz, seguida pelo abade e, por fim, as religiosas (primeiro as anciãs, depois as demais monjas, as noviças e, a fechar, as conversas). Quando chegavam junto da enferma, que se supõe estar na enfermaria, e acabados os salmos, o abade (ou quem fizesse o ofício) dizia *Pax huic domui* (“A paz esteja nesta casa”) e o convento respondia *Amen*. O sacerdote continuava a saudação dizendo *Dominus vobiscum*, suscitando a resposta *Et cum spiritu tuo*, e seguia-se o Ato de contrição, no qual a enferma devia dizer *Confiteor Deo et beate Marie et omnibus sanctis, et Tibi Pater, quia peccavi nimis cogitatione, locutione et opere. Mea culpa. Ideo deprecor te ora pro me* (“Confesso a Deus e à Santa Maria e a todos os santos, e a Ti, Pai, que pequei muitas vezes por pensamentos, palavras e atos. Por minha culpa. E peço-vos que rogueis por mim”).

⁵⁸ BARREIRA, Catarina Fernandes – “*Requiescant in pace*. Death and memory in the Monastery of Alcobaça”, pp. 483-515; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Investigating liturgical practise and ritualized circulation”, pp. 301-326.

⁵⁹ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 6, fls. 31v-33 e 33v-36v, respetivamente. A bula de Sisto IV é datada de 13 de dezembro de 1475 (e não de 1470, como se regista no códice do Mosteiro de Lorvão que estamos a analisar) e encontra-se publicada por KRARUP, Alfr.; LINDBÆK, Johs. (eds.) – *Acta Pontificum Danica. Pavelige Aktstykker Vedrørende Danmark 1316-1536*. Vol. IV: 1471-1492, København: I Kommission Hos G.E.C. Gad, 1910, n.º 2666, pp. 135-137 (consultado em março de 2023). Disponível em <https://archive.org/details/actapontificumda04cath/page/n3/mode/2up>.

⁶⁰ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 6, fls. 37 e ss.

Se não o pudesse dizer, ou não soubesse, devia bater no peito com a mão dizendo: *Mea culpa de omnibus peccatis meis: precor vos orare pro me* (“Sou culpada de todos os meus pecados: peço-vos que orem por mim”). O convento, reunido em seu torno, dizia a oração *Misereatur tui omnipotens Deus* e, se o abade estivesse presente, deveria dizer uma fórmula de absolvição (*Dominus Iesus Christus*). O códice apresenta uma outra oração para o caso de não ser o abade a ungi a enferma (*Indulgentiam et remissionem*). Depois, quem ungisse a enferma devia dar-lhe a cruz a beijar. A seguir, o sacerdote, com o dedo polegar molhado no óleo, ungia-a em sete lugares enquanto proferia outra oração, solicitando o perdão dos seus pecados. O códice refere que quem ungisse a enferma deveria ser um religioso da ordem. Cada parte do corpo em que se fizesse a unção devia ser imediatamente limpa com panos ou estopas que a sacristã devia ter previamente preparado, os quais deviam depois ser queimados “em a piscina”. Ungida a enferma, o convento entoava o salmo *Benedic anima mea* e, a seguir, todas diziam o *Kyrie eleyson, Christe eleyson, Kirie eleison* e outras orações. Deviam, então, sair todas. Se a enferma tivesse logo de comungar, o que a ungiu (ou outro por ele, se fosse necessário) devia ir à igreja com os ministros e, depois de lavar as mãos na *piscina*, trazia a santa comunhão no cálice coberto com o ofertório e a cruz com a candeia e água benta. E outro levava a galheta com vinho “pera lavar os dedos no caliz”. Chegados junto da enferma, o que transportava a água benta lançava-a sobre ela e o sacerdote dizia-lhe: “Irmã, vees aqui te trazemos o corpo de nosso senhor Jesu Christo. Cres tu que elle he nossa saude, e nossa vida e resurreição”, respondendo ela: “Creo”. Seguia-se, então, a comunhão.

Caso se tratasse de uma conversa ou de uma monja que não fosse letrada (“que não entenda letras”), tudo isto lhe seria dito, de forma resumida, em linguagem (ou seja, em português). A conversa devia confessar-se, se pecara por pensamento, palavras e atos (“per cuydação, ou per fala, ou per obra”), bem como a monja, caso não soubesse o *Confiteor Deo*. E tudo isto se devia fazer sempre que alguma estivesse em perigo iminente de morte (e quantas vezes fosse necessário).

Quando vissem que a alma saía do corpo (a normativa previa este momento para quando a morte se aproximasse) deviam lançar “en terra a cinza em modo de cruz, e em cima della algũa manta ou outra cousa estendida”. Ordena-se, então:

E logo tomem a defuncta em hũa almocela e ponham-na ali, e tanjão logo a tabua <na> crasta, e tangido ho syno na igreja quatro vezes, as irmãas venhão muyto a pressa pera onde esteveer a defuncta deyxando primeiro todo lavor que tiverem nas mãas⁶¹ dizendo *Credo in Deum* em vooz que possa ser ovido, o qual seja repetido per duas ou tres vezes se necessario for⁶².

Segundo José Mattoso, a normativa cisterciense recomendava que os monges abandonassem as suas atividades, exceto nas festas mais solenes, e que as retomassem depois⁶³.

O Cerimonial de Lorvão prossegue com a indicação de que a cantora devia levar o Coletário ao abade, e a sacristã a estola e o báculo, fazendo-se acompanhar de alguém que levasse a cruz, o lume, o turíbulo e a água benta. E se a enferma ainda estivesse viva (lembramos que estes procedimentos se iniciavam com a aproximação da morte, e não com a constatação da morte), as irmãs diriam a ladainha *Kyrie eleyson, Chiste eleyson, Christe, audi nos*, solicitando a misericórdia divina para aquela que estava prestes a partir, bem como a intercessão da Mãe de Deus e de uma multidão de anjos, arcanjos e santos em prol da sua alma. Se, terminada a ladainha, a alma ainda não tivesse saído do corpo, rezavam os sete salmos penitenciais. A ideia seria que a enferma morresse em presença da comunidade, acompanhada das suas orações. No entanto, se isso não acontecesse, após os sete salmos penitenciais, as irmãs deveriam aí deixar a cruz e a água benta e ir embora.

E o códice termina desta forma, com a indicação do ano em que foi produzido, 1547. Tal como sucedeu com o *Ordo* anterior, estes procedimentos estão de acordo com os *Ecclesiastica Officia*.

⁶¹ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 6, fls. 37 e ss.

⁶² ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 6, fl. 42v.

⁶³ MATTOSO, José – “O Culto dos mortos em Cister”, p. 66.

Este Cerimonial é, efetivamente, um testemunho muito significativo porque proporciona um extenso e pormenorizado conjunto de indicações de como se procedia e do que se dizia, tanto no caso de morte, como no de enfermidade, para além de incluir os respetivos textos e as orações necessárias para cada momento específico, permitindo uma reconstituição quase visual dos procedimentos, numa interessante coreografia litúrgica.

Ainda no âmbito da liturgia da morte, e no que diz respeito à celebração do Ofício de Defuntos, que outros códices tinha a comunidade lorbanense? As antífonas próprias do Ofício de Defuntos encontram-se no fólio 119v de um Antifonário Santoral de 1451, que corresponde a uma encomenda pessoal de Inês Lourenço Machada, porventura uma monja, para ser usado pela comunidade lorbanense, como consta numa nota inscrita no códice:

A muito honrada e virtuosa emnobricida em virtudes Ines Lourenço Machada mandou fazer este livro aa honra de Deus e dos seus sanctos pera serviço do mosteiro de Sancta Maria de Lorvaao. Fecto na Era do nacimiento de mil e III^c e LI annos e pollo dicto livro deu dous marcos e meo de prata.⁶⁴

No que se refere ao Ofício de Defuntos completo, vemo-lo num Breviário notado do século XVI⁶⁵. Quanto à Missa e aos seus textos, um Evangeliário festivo de finais do século XIV ou inícios da centúria seguinte contém dois excertos do Evangelho de João, usados na Missa de defuntos⁶⁶; por sua vez, as orações e os textos da Missa encontravam-se num Gradual Santoral do século XVI⁶⁷.

⁶⁴ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 42, fl. 5v.

⁶⁵ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 30, fl. 138v. Sobre o Ofício de Defuntos cisterciense, veja-se CHAVES, Zuelma – *Officium mortuorum: o Ofício de Defuntos musicado na tradição cisterciense em Portugal entre os séculos XIII e XVII*. In BARREIRA, Catarina Fernandes (coord.) – *Manuscritos de Alcobaça*, pp. 207-232 (consultado em junho de 2023). Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/145239>. Veja-se, ainda, CHAVES, Zuelma – *O Ofício de Defuntos: repertório musicado monódico, em fontes portuguesas, até c. 1700*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2017. Dissertação de Mestrado.

⁶⁶ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 48, fls. 129v-130.

⁶⁷ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 31, fl. 97v. Para os mencionados códices, veja-se SEIÇA, Alberto Medina de; CHAVES, Zuelma – “Chant books from Lorvão in the national archives of Lisbon: fragments of an inventory”. In BARREIRA, Catarina Fernandes; CASANOVA, Maria Conceição; ANDRADE, Maria Filomena (coord.) – *Cistercian Horizons. Collected essays*. Budapest: Trivent, 2024, pp. 169-210.

Jessica Barker, a propósito do Ofício dos Mortos, afirmou o seguinte:

when clerics spoke from their liturgical books, the words that issued from their mouths were never self-generated; they voiced the words of Christ, St Paul, the Psalmist or the Old Testament patriarchs like Job (...). Yet, in the context of the Office of the dead and requiem Mass, this dynamic takes on another layer of complexity. As well as speaking the words of Biblical figures, the clerics also speak on behalf of the deceased⁶⁸.

De facto, esta ideia está de acordo com as “conclusões” de José Mattoso sobre as inovações da liturgia cisterciense ligada aos mortos, de meados do século XII (face à prática litúrgica anterior), em que se percebe uma nova forma de encarar a vida humana, com mais optimismo, com mais atenção aos “sentimentos individuais (...) e à emergência da consciência individual”⁶⁹.

4. Culto e memória dos defuntos em Lorvão

D. Sancha e D. Teresa representaram um papel fundamental na comunidade conventual, mesmo depois da sua morte, que terá sido celebrada pelas monjas ao longo de vários séculos, acabando por ser beatificadas em 23 de dezembro de 1705⁷⁰. Em 1722, os seus corpos constavam à cabeça do inventário das relíquias que existiam no Mosteiro de Lorvão, que eram muitas e notáveis⁷¹.

No entanto, os registos escritos que nos chegaram acerca da sua memória, durante a Idade Média, nomeadamente nos códices litúrgicos do Mosteiro de Lorvão, são escassos, isto é, do ponto de vista litúrgico, sabemos muito pouco sobre a forma como terão sido comemoradas pela comunidade conventual.

No que diz respeito aos Calendários, D. Sancha e D. Teresa aparecem em dois códices do século XVI, assinaladas, respetivamente, a 13 de março e 17 de junho: num

⁶⁸ BARKER, Jessica – *A Book-Bound voice: Liturgical books and the commemoration of the Dead in Julian Luxford: The Medieval Book as object, idea and symbol*. Donington: Shaun Tyas, 2021, p. 202.

⁶⁹ MATTOSO, José – “O Culto dos mortos em Cister”, p. 70.

⁷⁰ BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, p. 419.

⁷¹ BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, doc. 49, pp. 556-557.

Diurnal datado de 1503, feito por um capelão do Mosteiro de Lorvão⁷², os seus nomes foram adicionados, por uma outra mão, mais tardia (que assinala a santidade das duas rainhas, sendo particularmente interessante a forma como D. Teresa é referida: “a nosa Rajnha sãta tarazia”⁷³, que traduz um sentimento de pertença que não se encontra na indicação sobre “a rajnha sãta sãcha”⁷⁴); num Breviário notado de meados do século XVI, D. Sancha e D. Teresa aparecem referidas nos respetivos dias com a indicação de *Anniversarium pro regina*⁷⁵. No que diz respeito à data de 13 de março, alguém anotou posteriormente “D. Santie”. Tal especificação revelava-se perfeitamente desnecessária para D. Teresa, compreendendo-se, por isso, que, neste caso, nada se tenha acrescentado.

Apesar de existir esta memória, os Calendários não nos dizem como eram celebradas, ou seja, se com uma comemoração, ou se com uma festa de doze lições. A sua memória é referida nos dois *Libri Capituli* de Lorvão, isto é, dois códices que incluem o Martirológio e a Regra. Estes textos eram fundamentais porque eram lidos diariamente na Sala do Capítulo, depois da missa: a primeira leitura era de um capítulo do Martirológio, correspondente ao dia, de forma a assinalar o aniversário de um ou mais santos, e, de seguida, lia-se um capítulo da Regra. Lorvão, como dissemos, teve dois *Libri Capituli*: um, de finais do século XII, com origem no Mosteiro de Alcobaça, que acabou por ser cedido a Lorvão, talvez na segunda metade

⁷² Este códice tem um cólofon que menciona o nome da monja que o encomendou e o do seu copista: “Em honra e louvor e serviço do senhor deos, a muyto virtuosa Margarida Coelha monja deste mosteiro de Lorvão mandou fazer este livro, ao qual apraza polla sua infinita misericordia e piedade que lhe <de> graça que faça nesta presente vyda taes obras que mereça de percalçar a gloria [...]. Feito no anno da encarnaçam de mil e quinhentos e tres per frey Thome capellam do dito mosteyro” (ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 1, fl. 183-183v). Sobre o mesmo já escreveram vários autores: BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, p. 167; CARDOSO, Paula – *Art, Reform and Female Agency in the Portuguese Dominican Nunneries: Nuns as Producers and Patrons of Illuminated Manuscripts (c. 1460-1560)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2019. Tese de Doutoramento, p. 114; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Spaces of Seclusion and Liturgy”, p. 72 e SEIÇA, Alberto Medina de; CHAVES, Zuelma – “Chant books from Lorvão in the national archives of Lisbon”.

⁷³ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 1, fl. 3v.

⁷⁴ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 1, fl. 2.

⁷⁵ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 30, fl. 3.

do século XIII⁷⁶; o outro códice data de finais do século XVI⁷⁷. Em ambos surge assinalada a memória de D. Sancha: no mais antigo, numa nota na margem⁷⁸; no do século XVI, aparece já incluída no texto, de forma sequencial⁷⁹.

Nestes dois códices assinalam-se também, ora sob a forma de nota marginal, ora sequencialmente no texto, o óbito de algumas abadessas de Lorvão, como Catarina de Eça e Margarida de Eça, entre outras.

No que diz respeito à memória dos *passados*, para além do que já mencionámos, a propósito dos Calendários e dos Martirológios, existem ainda as coletas para as comemorações dos aniversários pelos defuntos em vários códices lorbanenses, que já tivemos oportunidade de estudar para o contexto de Alcobaça⁸⁰. Estes aniversários, no contexto da Ordem de Cister, eram celebrados ao longo do ano, em honra e memória dos abades e dos bispos da ordem, dos monges e dos *familiares*, etc. Cada um destes aniversários previa coletas específicas, consoante o tipo de defunto a que se dedicava o sufrágio, e outras, para serem adicionadas, no caso de estar presente um defunto (também específicas, em função do seu tipo: abade, bispo, monge, etc.). Previa também uma comemoração em honra do(s) fundador(es) da(s) sua(s) casa(s). Estas comemorações e as respetivas coletas pelos *passados* tinham uma data específica, ou seja, o “momento litúrgico” a que cada coleta dizia respeito tinha o seu contexto próprio ao longo do ano (janeiro, maio, setembro e novembro), articulando-se com a liturgia do Temporal e do Santoral. Não encontramos ainda qualquer informação que nos permita perceber se em Lorvão também se faziam as procissões de aniversário pelos defuntos, como acontecia em Alcobaça, pelo menos a partir dos séculos XV e XVI⁸¹. Na tabela que se segue apresentamos as coletas pela

⁷⁶ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 17. Sobre este códice e a sua origem no *scriptorium* monástico de Alcobaça, veja-se BARREIRA, Catarina Fernandes – “Recovering the history of a male Cistercian community from its liturgical codices (c. 1175-1350)”. In BARREIRA, Catarina Fernandes; CASANOVA, Maria Conceição; ANDRADE, Maria Filomena (coord.) – *Cistercian Horizons. Collected essays*. Budapest: Trivent, 2024, pp. 127-155.

⁷⁷ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 17A.

⁷⁸ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 17, fl. 29v.

⁷⁹ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 17A, fl. 44.

⁸⁰ BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – “Um *Ritual* descoberto em Salzedas”, pp. 234-265; RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Place and Liturgy”, pp. 211-236.

⁸¹ BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – “Um *Ritual* descoberto em Salzedas”, pp. 234-265.

ordem do ano civil (que é também a ordem pela qual se apresentam num códice de Alcobaça a que já fizemos referência, o Ritual de Salzedas):

Data	Comemoração	Coleta
11 janeiro	Aniversário dos bispos e dos abades da ordem	<i>Presta Domine quasemus ut anime famulorum famularumque tuarum</i>
20 maio	Aniversário pelos membros da ordem (monges, noviços, conversos, familiares)	<i>Omnipotens sempiterne Deus cui nunquam</i>
17 setembro	<i>Aniversarium fratrum et benefactorum nostrum</i> <i>In solemne tricenario</i> (por 30 dias, dita às Laudes, na missa e em Vésperas)	<i>Deus venie largitor et humane salutis autor</i>
2 novembro	Fiéis defuntos <i>Omnium fidelium defunctorum</i>	<i>Fidelium Deus omnium conditor et redentor</i>
20 novembro	<i>Commemoracio omnium fratrum et parentum nostrorum</i>	<i>Deus cui proprium est miserere</i>
(data específica)	Em honra dos fundadores das nossas casas	<i>Presta Domine quasemus ut anime famulorum</i>
Sem data	<i>Pro femina defuncta</i>	<i>Quasemus Domine</i>
Sem data	<i>Pro presente defuncto</i>	<i>Inclina Domine</i>

Tabela 1⁸²

As fontes relativas ao Mosteiro de Lorvão em que se podem encontrar estas coletas são as seguintes: um Saltério-himnário que deve ter pertencido à comunidade masculina que habitou Lorvão antes das monjas cistercienses e que foi posteriormente adaptado, talvez na segunda metade do século XIII, para a prática litúrgica cisterciense, ao ser-lhe adicionado, ao início, uma ladainha com santos cistercienses e, no fim, as referidas coletas⁸³. Estas foram copiadas exatamente pela mesma ordem com que se apresentam num Coletário-ritual produzido no *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça entre 1185 e 1191, que já tivemos oportunidade de estudar⁸⁴. A ordem é esta: a do Aniversário dos Bispos; seguida *Pro presente defuncto*; a seguir surge a comemoração de 20 de novembro; depois a *Pro*

⁸² Esta tabela foi publicada em BARREIRA, Catarina Fernandes – “Investigating liturgical practise and ritualized circulation”, p. 321.

⁸³ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códice 3.

⁸⁴ BNP, *Alc. 166*. BARREIRA, Catarina Fernandes – “Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos do *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça do último quartel do século XII ou o início de ‘huma livraria copiosa’”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 17 (2017), pp. 33-62; BARREIRA, Catarina Fernandes – “No coração da liturgia monástica: os colectários de Santa Maria de Alcobaça”. In BARREIRA, Catarina Fernandes (coord.) – *Manuscritos de Alcobaça*, pp. 154-182 (consultado em junho de 2023). Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/145239>.

femina defuncta; a de 20 de maio, pelos membros da Ordem; a do Tricenário, a 17 de setembro, e termina com a do dia dos Fiéis Defuntos, a 2 de novembro (esta foi instituída no século X por Cluny). Quer um códice, quer outro não mencionam coletas em honra dos fundadores das casas monásticas, o que dá a entender que ainda não se comemoravam nos séculos XII e XIII.

Os *Ecclesiastica Officia* mencionam as coletas com que se comemoravam solenemente os defuntos⁸⁵, mas não referem que se devia dizer uma coleta específica em nome dos fundadores das comunidades cistercienses, nem a *Pro Femina defuncta*. Ou seja, uma coisa é o Capítulo Geral autorizar a inumação dos fundadores das casas cistercienses nas suas igrejas⁸⁶; outra é instituir a liturgia que comemore a memória dos mesmos (neste caso, a coleta é igual à dos bispos e à dos abades da ordem: “Concede, ó Senhor, que possamos buscar as almas de seus servos e servas”). Esta situação tem a ver com a ideia, enfatizada por José Mattoso, de que os cistercienses restringiram os sufrágios aos membros da ordem⁸⁷, o que fez com que a indicação para que se comemorassem os fundadores das casas seja algo mais tardio. Tudo parece indicar que esta evocação dos membros passados da comunidade pelos monges e pelas monjas é um aspecto identitário da espiritualidade cisterciense.

As coletas de comemoração pelos defuntos foram também copiadas no Diurnal lorbanense de 1503, com a mesma sequência, com exceção para a comemoração *Pro femina defuncta*, que está antes do dia de aniversário dos membros da ordem⁸⁸. E também neste códice está ausente a referência à coleta pelos fundadores das casas. Nos inícios do século XVI, quem era considerado o fundador da comunidade lorbanense? Entenderiam, seguramente, as monjas que era D. Teresa e por esse motivo a assinalaram no Calendário do códice, juntamente com sua irmã.

⁸⁵ CHOISSELET, Danièle; VERNET, Placide (eds.) – *Les Ecclesiastica Officia cisterciens du XII^{ème} siècle*, pp. 152/153.

⁸⁶ Sobre esta questão, já aqui abordada, vejam-se os dois primeiros trabalhos mencionados na nota 11 deste artigo.

⁸⁷ MATTOSO, José – “O Culto dos mortos em Cister”, pp. 79-80.

⁸⁸ ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro, Códice 1*.

Notas finais

A comemoração dos mortos no Mosteiro de Lorvão, como, muito provavelmente, em qualquer outra casa cisterciense, reflete, por um lado, os primitivos ideais da Ordem e as limitações às inumações impostas pela normativa emanada do Capítulo Geral, e, por outro, a evolução das expectativas da sociedade (e, em particular, dos benfeitores) em relação àqueles e àquelas que consagravam a vida a Deus e à sua capacidade para, com as suas preces e orações, intercederem pela salvação das suas almas.

Quanto ao Mosteiro de Lorvão, e no que aos leigos diz respeito, é particularmente importante a tumulação de D. Sancha, em 1229, e de D. Teresa, em 1250, quer por pertencerem à família real, associando, assim, o seu prestígio à casa que lhes serviu de última morada, quer, no caso de D. Teresa, por ter sido *senhora*, fundadora e protetora da comunidade cisterciense.

É, por isso, natural que as religiosas a lembrassem, desde logo celebrando, anualmente, o aniversário da sua morte, a 17 de junho. A iniciativa de concederem a D. Branca, filha de D. Afonso III, os mesmos direitos que aí tinha D. Teresa parece mostrar que a memória que as monjas guardavam desta sua *senhora* seria assaz positiva, uma vez que pretendiam replicar esta ligação, mais uma vez, com a infanta mais velha do reino. Note-se, porém, que, durante toda a Idade Média, não se produziu nenhum texto consagrado à memória de D. Teresa (nem tão-pouco à de D. Sancha). Segundo Maria Alegria F. Marques, o culto à sua memória (e à da sua irmã, D. Sancha) só começou a ganhar forma no mosteiro no século XVI, sendo referido na sua segunda metade⁸⁹. De facto, não há qualquer alusão ao mesmo aquando da visitação de D. Edme de Saulieu, realizada entre os dias 8 e 14 de dezembro de 1532⁹⁰, nem depois, em 1536, quando o Mosteiro de Lorvão foi visitado por Frei

⁸⁹ MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *D. Matilde, D. Teresa, D. Sancha, D. Mafalda*, p. 57.

⁹⁰ Não se conhecendo a ata desta visitação, existe, ainda assim, o relato, normalmente bastante pormenorizado, em género de diário, redigido pelo secretário do visitador da Ordem de Cister, D. Edme de Saulieu, abade de Claraval, em que se descreve não só a viagem que realizaram na Península Hispânica, entre 1531 e 1533, mas, também, os procedimentos inerentes à visitação de todos os mosteiros cistercienses ibéricos, nomeadamente a realizada no Mosteiro de Lorvão. Sabemos que D. Edme de Saulieu e o seu secretário Frei Claude de Bronseval, o autor do relato (da *Peregrinatio Hispanica*), estiveram no Mosteiro de Celas, às portas de Coimbra, entre 2 de dezembro e 5 de

Bernardo de la Fuente e Frei Tomás Langa, monges de Santa Maria de Pedra, em Aragão⁹¹.

A mudança dos túmulos de D. Teresa e D. Sancha “para a igreja de fora”⁹² (entenda-se o corpo da igreja, fora da clausura, ou seja, para lá da grade do coro, uma vez que a igreja do mosteiro era usada pelos paroquianos), para os, assim, aproximar dos fiéis que acorriam a Lorvão, a fim de os verem⁹³, e a ordem de D. Sebastião, em 1575, para a abertura do processo tendente à canonização evidenciam já uma nova fase, associada à memória e ao culto de D. Teresa e D. Sancha, que ultrapassa a cronologia deste estudo e que não se percebe na documentação compulsada nem nos códices litúrgicos aqui analisados.

Foquemo-nos, por isso, no objeto de estudo deste trabalho: a celebração da morte e da memória daqueles que jazem sepultados no Mosteiro de Lorvão. Estamos conscientes de que muito ficou por dizer a este respeito, sobretudo, e em primeiro lugar, daquelas que aí professaram, viveram e tinham bens que puderam afetar à

dezembro, dia em que seguiram para o Mosteiro de São Paulo, localizado ali perto. Sabemos também que Frei Claude de Bronseval, no dia 6 de dezembro, iniciou a sua viagem em direção a Évora, para ir à Corte, pelo que não estava com o abade de Claraval quando este chegou ao Mosteiro de Lorvão, no dia 8 de dezembro de 1532, nem presenciou a visita a esta casa monástica, que decorreu até ao dia 14. O relato da passagem de D. Edme de Saulieu pelo Mosteiro de Lorvão foi, assim, elaborado a partir das informações que Frei Claude de Bronseval conseguiu apurar junto dos seus companheiros que se mantiveram com o abade de Claraval. Trata-se, por isso, infelizmente, de um reconto e as informações sobre o que se passou neste mosteiro são escassas, como seria de esperar, tendo em consideração que Frei Claude de Bronseval, como dissemos, não acompanhou o abade de Claraval na sua visitação (BRONSEVAL, Claude de – *Peregrinatio Hispanica, Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*. Introdução, tradução e notas de D. Maur Cocheril. Tomo II. Paris: Presses Universitaires de France, 1970, pp. 482-511).

⁹¹ GOMES, Saul António – *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal*, doc. XIII, de 12 de maio de 1536, pp. 348-359.

⁹² Expressão usada em ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Cartório do mosteiro*, Livro 309 (Livro das Preladas), fl. 5, publicado por BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, doc. 62, p. 579.

⁹³ Segundo os depoimentos de algumas religiosas recolhidos no âmbito do inquérito de 1699, associado ao processo de beatificação, e a *Relação de como se abriu a Real sepultura da sereníssima Rainha D. Thareza...*, feita por D. Madalena de Vasconcelos e Silveira, “a iniciativa [da trasladação] teria pertencido à abadessa D. Bernarda de Alencastre”, mas, de acordo com Nelson Correia Borges, “os registos oficiais do Mosteiro são peremptórios em atribuir o feito a D. Briolanja de Melo” (BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, p. 176). Em qualquer dos casos, essa mudança terá acontecido na década de 60 ou na primeira metade da década de 70 do século XVI. Para o referido Autor, “a data desta primeira trasladação dos túmulos deve-se fixar um pouco antes de 1574, uma vez que o apontamento de óbito de D. Briolanja de Melo refere que ela faleceu pouco depois”, sendo este o ano em que “o cardeal D. Henrique, então abade comendatário de Alcobaça, se interessou pela causa, mandando a Lorvão [...] o abade de Tamarães, Frei Francisco Machado, para tirar informações” (BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, pp. 177-178)

salvação da sua alma. Abadessas e monjas, que dispunham de bens próprios, e que obtiveram autorização régia para, apesar da lei de desamortização de 1291, os consignar à perpetuação de um conjunto de serviços espirituais e litúrgicos *pro anima*. Por esses documentos, que, de alguma forma, testemunham uma espiritualidade pessoal, é possível reconstituir as suas devoções e as suas preocupações escatológicas. Será, porém, matéria para um outro estudo, com um outro foco.

A abordagem que aqui adotámos centrou-se, sobretudo, nos livros litúrgicos, que constituem testemunhos de como se desenvolvia a prática litúrgica, embora, muito provavelmente, uma parte dessa informação não tenha chegado até aos dias de hoje porque era sabida de cor pelos monges e pelas monjas e, por isso, não sentiam necessidade de a registar através de fórmulas escritas.

De um modo geral, podemos dizer que a liturgia que era praticada no Mosteiro de Lorvão se orientava pela observância da normativa cisterciense, apesar de se verificarem pequenas variações e/ou adaptações locais, como acontecia, aliás, na abadia de Alcobaça. Também podemos dizer que no Mosteiro de Lorvão existiam todos os textos necessários à liturgia associada à enfermidade e à morte, embora os códices que nos chegaram correspondam a cronologias mais tardias, como os séculos XV e XVI.

Nos códices de Lorvão – nomeadamente no Cerimonial e nos Martirológios – foi possível perscrutar o protagonismo de abadessas e de monjas num conjunto de rituais e práticas litúrgicas. Pontualmente, para além do seu protagonismo na liturgia, o papel que algumas mulheres desempenharam como encomendantes de livros (elucidativo da *female agency* nesta comunidade) permitiu que se produzisse uma memória escrita que assinalava e exaltava as suas virtudes, perpetuando, assim, a sua ação e a sua existência.

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes manuscritas

ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Antiga Coleção Especial*, Documentos Eclesiásticos, Rolo 1.

ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Cartório do mosteiro*, Livro 309 (Livro das Preladas).

ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Livraria do mosteiro*, Códices 1, 3, 6, 17, 17A, 30, 31, 42, 48.

ANTT, *Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento do Espírito Santo de Gouveia*, mç. 1, doc. 4.

BNP, *Manuscritos – Fundo Geral*, Caixa 223, n.º 1.

BNP, *Alc. 67 e Alc. 166*.

Fontes impressas

BRONSEVAL, Claude de – *Peregrinatio Hispanica, Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*. Introdução, tradução e notas de D. Maur Cocheril. 2 tomos. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.

CANIVEZ, Josephus Maria – *Statuta Capitulum Generalium Ordinis Cisterciensis*. T. II: *Ab anno 1221 ad annum 1261*. Louvain: Revue d'Histoire Ecclésiastique, 1934.

CARDOSO, Jorge – *Agiologio Lusitano dos Sanctos, e Varoens Illustres em Virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas*. Tomo I. Lisboa: Officina Craesbeekiana, 1652; Tomo II. Lisboa: Officina de Henrique Valente d'Oliveira, 1657.

CHOISSELET, Danièle; VERNET, Placide (eds.) — *Les Ecclesiastica Officia cisterciens du XII^{ème} siècle. Texte latin selon les manuscrits édités de Trente 1711, Ljubljana 31 et Dijon 114. Version française, annexe liturgique, notes, index et tables*. Abbaye d'Oelenberg. Reiningue: Éditions «La documentation cistercienne», 1989.

CRUZ, António – *Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Porto: Biblioteca Municipal, 1968.

GOMES, Saul António – *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*. Lisboa: IPPAR, 1998.

GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas: documentos fundacionais*. Odivelas: Câmara Municipal de Odivelas, 2021.

KRARUP, Alfr.; LINDBÆK, Johs. (eds.) – *Acta Pontificum Danica. Pavelige Aktstykker Vedrørende Danmark 1316-1536*. Vol. IV: 1471-1492, København: I Kommission Hos G.E.C. Gad, 1910 (consultado em março de 2023). Disponível em <https://archive.org/details/actapontificumda04cath/page/n3/mode/2up>.

LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro*. Edição crítica, introdução, glossário e índices de Giuliano Macchi. 2.^a ed., revista. [Lisboa]: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007.

NASCIMENTO, Aires A. – *Cister: os documentos primitivos*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

TAROUCA, Carlos da Silva (ed.) – *O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*. Separata de *Arqueologia e História*, 8.^a série, 4 (1947).

VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende de (eds.) – *Chancelaria de D. Afonso III – Livro I*. 2 vols., Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

Estudos

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal – O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

BARKER, Jessica – *A Book-Bound voice: Liturgical books and the commemoration of the Dead in Julian Luxford: The Medieval Book as object, idea and symbol*. Donington: Shaun Tyas, 2021.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos do *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça do último quartel do século XII ou o início de ‘huma livraria copiosa’”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 17 (2017), pp. 33-62.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Investigating liturgical practise and ritualized circulation in the Monastery of Alcobaça. A preliminar view from the manuscripts”. *Cîteaux: Commentarii cistercienses* 70/3-4 (2019), pp. 301-326.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Cistercian Liturgy and daily practice through the manuscripts of Alcobaça. Preliminary considerations from three sample rituals”. In PEREIRA, Diana; LOPES, Inês Afonso; SÁNCHEZ, Rosa Maria Sánchez (coord.) – *O Gesto e a Crença: percursos, transferências e intermedialidade*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2021, pp. 67-77 (consultado em junho de 2023). Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/19030.pdf>.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “No coração da liturgia monástica: os colectários de Santa Maria de Alcobaça”. In BARREIRA, Catarina Fernandes (coord.) – *Manuscritos de Alcobaça. Cultura, identidade e diversidade na unanimidade cisterciense*. Lisboa/Alcobaça: DGPC/IEM, 2022, pp. 154-182 (consultado em junho de 2023). Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/145239>.

BARREIRA, Catarina Fernandes – "Spaces of Seclusion and Liturgy; the Cistercian nunnery of Lorvão – a view from two sixteenth-century liturgical codices". In VOLZONE, Rolando; FONTES, João Luís (eds.) – *Architectures of the Soul. Diachronic and Multidisciplinary Readings*. Lisbon: Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH) / CHAIA – Uévora / UCP-CEHR / DINÂMIA'CET-Iscte, 2022, pp. 69-84 (consultado em maio de 2023). Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/146929>.

BARREIRA, Catarina Fernandes – "*Requiescant in pace*. Death and memory in the Monastery of Alcobaça based on its liturgical codices". In FERNANDES, Carla Varela; BARREIRA, Catarina Fernandes; FONTES, João Luís Inglês; BRANCO, Maria João; FARELO, Mário (eds.) – *Loci Sepulcrales. Places of memory and burial in the Middle Ages*. Basel: Brepols FIDEM, 2023, pp. 483-515.

BARREIRA, Catarina Fernandes – "Recovering the history of a male Cistercian community from its liturgical codices (c. 1175-1350)". In BARREIRA, Catarina Fernandes; CASANOVA, Maria Conceição; ANDRADE, Maria Filomena (coord.) – *Cistercian Horizons. Collected essays*. Budapest: Trivent, 2024, pp. 127-155.

BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – "Um Ritual de Alcobaça em Salzedas". *Invenire. Revista dos Bens Culturais da Igreja* 12 (Janeiro/Junho 2016), pp. 28-35.

BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – "Um Ritual de ungir e enterrar do Mosteiro de Alcobaça, descoberto em Sta. Maria de Salzedas. Percursos possíveis de um manuscrito iluminado". In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo (coord.) – *Genius Loci. Lugares e Significados / Places and Meanings*. Vol. 1, Porto: CITCEM, Faculdade Letras da Universidade do Porto, 2017, pp. 343-354 (consultado em maio de 2023). Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/16995.pdf>.

BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – "Um Ritual descoberto em Salzedas ou a história de um mosteiro através do estudo dos seus códices litúrgicos. Propostas de leituras no espaço e no tempo". In BARREIRA, Catarina Fernandes (coord.) – *Manuscritos de Alcobaça. Cultura, identidade e diversidade na unanimidade cisterciense*. Lisboa/Alcobaça: DGPC/IEM, 2022, pp. 234-265 (consultado em junho de 2023). Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/145239>.

BARROCA, Mário Jorge – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica.

BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. 3 vols., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.

BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão. Sombras e realidade*. 2 vols., [s.l.]: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

CARDOSO, Paula – *Art, Reform and Female Agency in the Portuguese Dominican Nunneries: Nuns as Producers and Patrons of Illuminated Manuscripts (c. 1460-1560)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2019. Tese de Doutoramento.

CHAVES, Zuelma – *O Ofício de Defuntos: repertório musicado monódico, em fontes portuguesas, até c. 1700*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2017. Dissertação de Mestrado.

CHAVES, Zuelma – *Officium mortuorum: o Ofício de Defuntos musicado na tradição cisterciense em Portugal entre os séculos XIII e XVII*. In BARREIRA, Catarina Fernandes (coord.) – *Manuscritos de Alcobaça. Cultura, identidade e diversidade na unanimidade cisterciense*. Lisboa/Alcobaça: DGPC/IEM, 2022, pp. 207-232 (consultado em junho de 2023). Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/145239>.

COOMANS, Thomas – “Moniales cisterciennes et mémoire dynastique: églises funéraires princières et abbayes cisterciennes dans les anciens Pays-Bas médiévaux”. *Cîteaux: Commentarii Cistercienses* 56/1-4 (2005), pp. 87-145 (reeditado em inglês: “Cistercian Nuns and Princely Memorials: Dynastic Burial Churches in the Cistercian Abbeys of the Medieval Low Countries”. In MARGUE, Michel (dir.) – *Sépulture, mort et symbolique du pouvoir au Moyen Âge / Tod, Grabmal und Herrschaftsrepräsentation im Mittelalter*. Luxembourg: Publications de la Section historique de l’Institut Grand-Ducal de Luxembourg, 118 / Publications du CLUDEM, 18, 2006, pp. 683-734/776-798).

CORREIA, Vergílio – “Mudança dos túmulos reais de Alcobaça”. *O Instituto: jornal científico e litterario* 77 (1929), pp. 273-293.

CORREIA, Vergílio – “Uma descrição quinhentista do mosteiro de Alcobaça”. *O Instituto: jornal científico e litterario* 77 (1929), pp. 529-549.

FERNANDES, Carla Varela – *O Poder e Representação. Iconologia da Família Real Portuguesa. Primeira dinastia. Séculos XII a XIV*. 2 vols., Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004. Tese de Doutoramento.

GALVÁN FREILE, Fernando – “El proceso de internacionalización de la miniatura en torno al año 1200 en la Península Ibérica: el Antifonario y el Martirologio de Las Huelgas Reales de Burgos”. In *El monacato en los reinos de León y Castilla (siglos VII-XIII)*. [s.l.]: Fundación Sánchez-Albornoz, 2007, pp. 437-456.

GARCÍA FLORES, Antonio – “Espacios funerarios en los monasterios cistercienses de los reinos de Castilla y de León (siglos XII al XV)”. *Cîteaux: Commentarii Cistercienses* 56/1-4 (2005), pp. 199-230.

GOMES, Saul António – “Os Panteões Régios Monásticos Portugueses nos Séculos XII e XIII”. In *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*. Vol. 4: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*. Guimarães: Asa e Câmara Municipal de Guimarães, 1997, pp. 281-295.

GOMES, Saul António – “Uma dama na Leiria medieval: Beatriz Dias, ‘manceba del-rei’ D. Pedro I”. *Biblos* 77 (2001), pp. 115-143.

HALL, Jackie – “The legislative background to the burial of laity and other patrons in Cistercian Abbeys”. *Cîteaux: Commentarii Cistercienses* 56/1-4 (2005), pp. 363-371.

HALL, Jackie; SNEDDON, Shelagh; SOHR, Nadine – “Table of Legislation concerning the burial of laity and other patrons in Cistercian Abbeys”. *Cîteaux: Commentarii Cistercienses* 56/1-4 (2005), pp. 373-417.

HENRIQUES, António de Castro; MENDES, Tiago de Sousa – “Fefeguras & Senaees II. As armas dos Briteiros”. *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica* 7 (2012), pp. 41-51.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes – “Inocência III e a passagem do mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister”. *Revista Portuguesa de História* 18 (1980), pp. 231-283 (reeditado em MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 75-125).

MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *D. Matilde, D. Teresa, D. Sancha, D. Mafalda. Primeiras infantas de Portugal*. [s.l.]: Quid Novi, 2011.

MATTOSO, José – “O Culto dos mortos no fim do século XI”. In MATTOSO, José – *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996, pp. 75-85.

MATTOSO, José – “O Culto dos mortos em Cister no tempo de São Bernardo”. In MATTOSO, José – *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996, pp. 87-107.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2001.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *Rainhas Medievais de Portugal: 17 Mulheres, 2 Dinastias, 4 Séculos de História*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

REAL, Manuel Luís – “A Organização do Espaço Monástico entre os Cistercienses, no Portugal Medieval”. In MARQUES, Maria Alegria Fernandes; AMARAL, Luís Carlos (coords.) – *Monasticon (II): nos caminos de Cister. Livro do VIII Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2013, pp. 77-112.

RÊPAS, Luís Miguel – “Familiares e familiaritas no mosteiro cisterciense de Arouca (séculos XIII e XIV)”. In BARATA, Maria Rosário Themudo; KRUS, Luís (dir.); ANDRADE, Amélia Aguiar; FERNANDES, Hermenegildo; FONTES, João Luís (coord.) – *Olhares Sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, pp. 501-515.

RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo. As Comunidades Cistercienses Femininas na Idade Média*. 2 vols., Coimbra: Universidade de Coimbra, 2021. Tese de Doutoramento.

RÊPAS, Luís Miguel – “Practise and the *Periculoso* in the Convent of Odivelas (Lisbon): Royal Statutes and Female Enclaustration in Medieval Portugal (c. 1295-1319)”. In FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) – *Os Territórios da Lisboa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2022, pp. 277-309 (consultado em abril de 2023). Disponível em [RUN: Territórios da Lisboa Medieval \(unl.pt\)](https://run.unl.pt).

RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Place and Liturgy in an Illuminated Ritual from Santa Maria de Alcobaça”. In FERNANDES, Carla Varela (coord.) – *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 2016, pp. 211-236.

ROSSI VAIRO, Giulia – “Isabella d’Aragona, Rainha Santa de Portugal, e il Monastero di S. Dinis de Odivelas”. In GONZÁLEZ GARCÍA, Miguel Ángel; CARREIRAS, José Luís Albuquerque (org.) – *Actas. IV Congreso Internacional Císter en Portugal y en Galicia. Los Caminos de Santiago y la Vida Monástica Cisterciense*. Tomo II, Braga – Oseira: Ediciones Monte Casino, 2009, pp. 845-867.

SEIÇA, Alberto Medina de; CHAVES, Zuelma – “Chant books from Lorvão in the national archives of Lisbon: fragments of an inventory”. In BARREIRA, Catarina Fernandes; CASANOVA, Maria Conceição; ANDRADE, Maria Filomena (coord.) – *Cistercian Horizons. Collected essays*. Budapest: Trivent, 2024, pp. 169-210.

SILVA, José Custódio Vieira da – “Da Galilé à Capela-mor: o percurso do espaço funerário na arquitectura gótica portuguesa”. In SILVA, José Custódio Vieira da – *O Fascínio do Fim. Viagens pelo final da Idade Média*. Lisboa: Livros Horizonte, 1997, pp. 45-59.

SILVA, José Custódio Vieira da – *O Panteão Régio do Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: IPPAR, 2003.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. 3 vols., Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna – Porto, 1999.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *D. Dinis*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes – “A morte e a memória no Mosteiro de Lorvão”. *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 265-299. Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).